

Revista Brasileira de Ciências Sociais Aplicadas

ISSN 3085-8151

vol. 1, n. 4, 2025

••• ARTIGO 2

Data de Aceite: 09/12/2025

O MATERIALISMO HISTÓRICO COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Fernanda Ramos Pereira



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional (CC BY 4.0).

José Paulo Netto é considerado um dos maiores intelectuais marxistas da atualidade e grande propagador da obra de Marx no Brasil. Tem vasta produção acadêmica no âmbito do Serviço Social brasileiro e tem contribuído nos últimos 40 anos para a formação crítica de inúmeros profissionais. O texto intitulado *“O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais”* apresenta uma síntese de uma conferência proferida pelo autor, em 2003, na cidade de Cascavel/PR. O texto apresenta uma breve contribuição acerca da avaliação de políticas sociais a partir do referencial teórico marxista, considerado de grande relevância para a formação de profissionais e pesquisadores no âmbito do Serviço Social e demais profissionais interessados no tema.

Logo no início, o autor faz questão de se autoafirmar como um “velho marxista”, de antemão, que integra um grupo de pesquisadores que não abre mão de análises rigorosas sobre os fenômenos sociais. Ao fazer tal afirmação, o autor quer chamar atenção para o tipo de conhecimento produzido na atualidade relativo aos fenômenos sociais, que tem contaminado o meio acadêmico profissional, por meio de análises limitadas, superficiais e descontextualizadas da realidade social.

Netto (2003) faz esta advertência para os novos pesquisadores, uma vez que o ambiente acadêmico está repleto de intelectuais e pesquisadores questionando, se o real existe ou se o que existe são apenas visões sobre o real.

O autor afirma que o termo “materialismo histórico” é muito diplomático, por isso, ele prefere substituir por “tradição marxista”, porque, desde a morte de Marx, “essa tradição se constituiu em bloco teóri-

co, cultural e prático/político muito heterogêneo” (pág.14).

Ainda assim, é considerada “tradição marxista” porque, durante todo esse tempo, esta tradição se desenvolveu com acúmulos, com ganhos, mas também com perdas! O autor se refere às regressões e adulterações da tradição marxista principalmente, no campo das ciências sociais aplicadas. Portanto, “do ponto de vista teórico rigoroso, não podemos falar em marxismo, e sim, em marxismos!” (pág.14).

Netto (2003) faz duas advertências sobre o tema avaliação de políticas sociais no contexto do capitalismo. A primeira refere-se ao fato de que, no tempo de Marx, não havia discussão sobre o tema. As primeiras iniciativas de políticas sociais emergem na Alemanha, na Era Bismark, no final do século XIX, sendo este um debate incorporado pela tradição marxista no decorrer do século XX. A segunda advertência é que este tema está relacionado ao entendimento ou concepção de política social, uma vez que observamos o uso de outros termos como políticas sociais, políticas públicas e políticas sociais públicas. Neste sentido, o termo mais apropriado, na concepção do autor, é Política Social.

Importante absorver aqui, a concepção de política social dentro da ordem capitalista. Portanto, a política social pode ser compreendida como um conjunto de ações ou de respostas do Estado burguês, no contexto do capitalismo monopolista, em relação às demandas postas no movimento social das classes e extratos de classes, vulnerabilizadas pela questão social.

Adentrando a discussão central do texto, o autor afirma que, para a avaliação das políticas sociais numa perspectiva ins-

pirada na tradição marxista, exigem-se pelo menos algumas condições. Na primeira, precisamos considerar, segundo Netto, que estamos diante de novos processos, novas realidades, novos fenômenos que não foram contemplados durante a construção clássica da teoria marxista. Por isso faz-se necessária uma análise rigorosa do estágio atual da dinâmica do desenvolvimento capitalista.

A segunda condição a ser observada se relaciona à necessidade de manutenção de uma interlocução com as outras correntes teóricas, de outras vertentes, e de como elas analisam o tema da política social. Neste sentido, a avaliação de política social a partir do Método de Marx é fundamental o diálogo com outras correntes teóricas, mas não com o intuito de incorporar as soluções que as outras abordagens sugerem, mas para apreender os problemas que eles capturam e oferecer-lhes um tratamento alternativo.

Não podemos perder de vista que as políticas sociais constituem campos de tensões, de diferentes interesses em sua formulação, implantação e avaliação. Um bom exemplo de conflitos de interesses no campo da política social é a disputa permanente em torno do fundo público, sob a predominância do capital financeiro.

O autor ressalta também que o tema “avaliação de políticas sociais no campo das Ciências Sociais” é uma questão contemporânea, estudado e abordado nos últimos 40 anos. Portanto, ele chega com força nas Ciências Sociais nos últimos 40 e 50 anos, na segunda metade do século XX, e ganha uma dimensão maior, a partir dos anos 70 do século XX, no contexto da crise do capitalismo e do *Welfare State*¹.

1. Neste contexto, a avaliação de políticas e programas sociais se deu principalmente pelas agências da ONU, Banco Mundial e agências privadas, como

Neste sentido, analisar e avaliar políticas sociais não significa a exigência de um acompanhamento e de um controle, via alocação e otimização de recursos. O objetivo principal do avaliador deve relacionar-se ao seu avanço ou ao alcance dos objetivos propostos.

Em tempos de neoliberalismo e financeirização do capital, a avaliação de políticas sociais é simplesmente um instrumento indispensável, porque os recursos do fundo público para as políticas sociais são cada vez mais parcios e a prioridade do fundo público tem sido garantir os investimentos do capital. Neste sentido, a avaliação de políticas e programas sociais se torna fundamental!

Um levantamento realizado pelo autor, a partir de inúmeras produções bibliográficas sobre o tema destaca dois tipos de avaliações: a) avaliações *ex-ant*; e b) avaliações *ex-post*.

As avaliações *ex-ant* são aquelas que implicam pesquisa, investigação e crítica antes do início da implantação de uma política, programa e projeto. Objetiva-se apoiar decisões no processo de formulação de uma dada política, programa e projetos.

Já as avaliações *ex-post* são aquelas que ocorrem quando a política ou programa já se encontram implementados e neles se busca aferir resultados. O primeiro tipo de avaliação visa medir resultados, isto é, medir os efeitos/impactos, e busca-se saber se houve alguma alteração na realidade do programa, projeto ou política. A segunda modalidade de avaliação visa medir o processo da sua implementação, com o intuito de apontar a BENFAM e ABEPF. Estas instituições passaram a ter um papel muito peculiar de intervenção nas ações governamentais dos países de terceiro mundo.

pontos fracos, identificando os fatores que favoreçam e dificultam o alcance dos objetivos e metas. O importante é que ambas as modalidades se utilizam de instrumentos qualitativos e quantitativos e a definição de indicadores é fundamental para aferir ou medir os impactos sociais.

Na atualidade, os avaliadores dispõem de um arsenal teórico muito vasto, o que facilita o embasamento dos trabalhos de avaliadores, pesquisadores e diversos profissionais da área. No entanto, durante o levantamento feito pelo autor, algumas falhas foram observadas e serão mencionadas a seguir, com o intuito de aprimorar as futuras avaliações, bem como seus resultados e impactos.

Netto (2003), em seu levantamento realizado sobre o tema, expõe que boa parte das avaliações é desprendida de análise crítica e as classifica como “paupérrimas”. Outro ponto observado é que a maioria das avaliações é focada no programa, projeto e na política social, cabendo ao avaliador atingir estritamente seus objetivos, limitando sua abordagem analítica. Ademais, a avaliação da política ou programa é feita como se houvesse uma autonomia em relação às questões de ordem macroeconômica, levando a abordagens limitadas e descontextualizadas da realidade social.

Em relação à contribuição do materialismo histórico para a análise da política social, o autor afirma que a mesma não é técnica. Por isso, é preciso deixar bem claro que a contribuição do método de Marx para a análise das políticas, programas e planos é de natureza teórico-metodológica. Isto é, o “referencial marxista possibilita aos pesquisadores um conhecimento analítico-crítico do papel do Estado, sociedade civil e da questão social e de como esses processos

problemáticos se articulam com a política social” (pág. 20).

Em relação ao papel do Estado, é necessário primeiramente demarcar a sua natureza de classe. Como sabemos, na contemporaneidade, o processo de reprodução ampliada do capital se dá sob o comando do capital financeiro subordinando cada vez mais o Estado. Portanto, para o autor “é imperativo considerar as determinações de classes constitutivas do Estado” (pág.21). Neste sentido, para o estudo e avaliação de política, programas e projetos, é fundamental considerar a dupla função que o Estado ocupa dentro da ordem burguesa. Ou seja, ele possui tanto a função de garantir as condições gerais para o processo de acumulação capitalista, como também ser um fiador, ou um legitimador, da ordem burguesa².

Outra contribuição importante trazida pelo autor está relacionada à compreensão da categoria ‘sociedade civil’. Nesta parte do texto, Netto adverte pesquisadores e profissionais afirmando que a categoria ‘sociedade civil’ “foi barateada”, “foi aviltada”, com interpretações equivocadas sobre a obra de Gramsci.³

-
2. Durante os anos dourados da economia, o Estado conseguiu reunir essas duas qualidades. Com a crise do capitalismo e a crise do Welfare State, nos anos 70 do século XX, e consequentemente, com a implementação do projeto neoliberal, o Estado tem assumido a função de garantidor da acumulação capitalista. Por outro lado, o Estado necessita atender a algumas reivindicações da sociedade com o intuito de se legitimar. Diante dos limites e contradições do Estado na atualidade, este se torna cada vez mais coercitivo, deixando em segundo plano suas funções sociais.
 3. O autor menciona os graves equívocos em relação à leitura sobre sociedade civil, dando a ela a condição de “redutora” das contradições de classes; ou idealizando nela um “polo saudável” enquanto que o Estado seria o polo “satânico”. Um exemplo mais comum desta concepção equivocada é a expressão: “precisamos fortalecer a sociedade civil organizada”.

O autor continua “se nos faltam clareza dos limites e contradições do Estado burguês e da importância da democracia política, da sua articulação com a sociedade civil, então, vamos continuar com a visão aparente das políticas sociais” (pág. 23).

Outra advertência fundamental do texto refere-se à compreensão da questão social como produto das relações contraditórias entre capital/trabalho e não a ideia de naturalizá-la negando as contradições de classe no capitalismo. Neste sentido, como não é possível eliminá-la dentro da ordem burguesa, não significa que o autor esteja nos convidando ao imobilismo social. Pelo contrário, podemos e devemos enfrentar a questão social, por isso a importância das políticas sociais.

O autor informa ainda que, quando o capitalismo experimenta ciclos de crescimento expansivo, a conjuntura favorece o enfrentamento da questão social. Foi o que ocorreu nos países centrais durante o pós-guerra e, mais recentemente, no Brasil durante os governos petistas. Já em períodos de grande recessão econômica, como a que estamos vivenciando nos últimos anos, o enfrentamento da questão social mediante as políticas sociais torna-se problemático por duas razões: uma, pelo fato de que a própria questão social se potencializa, se agrava (por meio dos altos índices de pobreza, desemprego, violência etc.), gerando maior demanda por serviços sociais. A segunda razão, porque o capital se mostra fortemente refratário, tornando-se resistente no envio de recursos para o fundo público financiar as políticas sociais universais. O que vimos é o contrário: o capital se apropriando do fundo público com o aval do Estado, promovendo privatizações, renúncias fiscais, desvinculação de receitas da União, que vi-

sam favorecer os investimentos do capital, em detrimento dos direitos e das políticas sociais.

Em síntese, o referencial teórico marxista deve orientar pesquisadores, avaliadores e profissionais por meio da articulação da política social com a dimensão macroeconômica. Como esta habilidade não é comum entre os avaliadores, algumas instituições optam por contratar consultorias especializadas. Outra orientação a ser dada aos futuros avaliadores é em relação ao momento da formulação da política, programa e planos. É fundamental atentar para as forças políticas que estiveram presentes e que protagonizaram a sua elaboração. E, por fim, a última orientação dada se refere à necessidade de articular a política, programa ou projeto às demais políticas públicas setoriais e à sua relação interinstitucional.

Referência

NETTO, José Paulo. O materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2003, Cascavel (PR).